O TRABALHO

Orgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

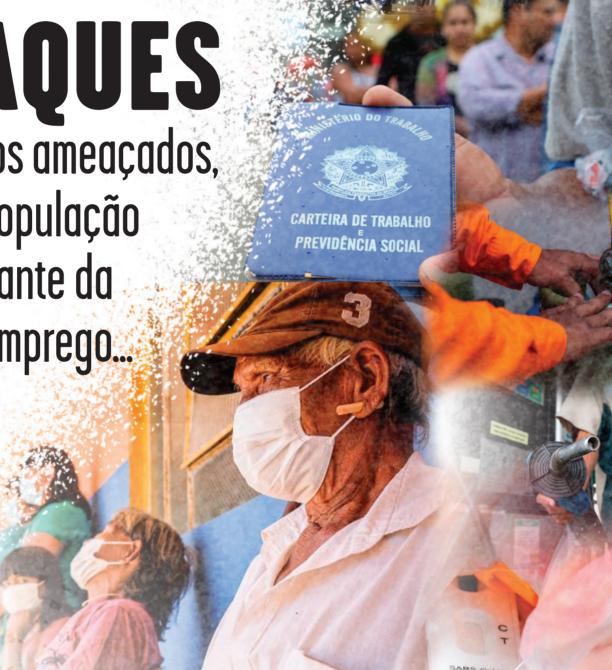
www.otrabalho.org.br

 n^{0} 880 – de 25 de fevereiro a 11 de março 2021



Serviços públicos ameaçados, privatizações, população desprotegida diante da pandemia, desemprego...

Aonde isso vai parar? Sem luta não para!



PARTIDO

41 anos do PT, carta de Mário Pedrosa, filiado nº 1

pág.4

LUTA DE CLASSE

A saída para defesa dos empregos é a nacionalização

pág.7

NACIONAL

Sem testes e vacina a pandemia avança

pág.9

INTERNACIONAL

Haitianos exigem fora o presidente Moíse

pág.11

Abstenção recorde no ENEM

Descaso total do governo com a educação, é preciso reagir o quanto antes!

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) bateu recorde a abstenção esse ano. 55% não compareceram às provas presenciais e 71% à digital. A reaplicação das provas para os prejudicados ocorreu dias 23 e 24 de fevereiro. O INEP (Instituto Anísio Teixeira) fala em 276 mil presentes no primeiro dia, o que é muitíssimo pouco em relação aos ausentes em janeiro. O Ministério da Educação (MEC) dizia esperar alta abstenção. Mas fica escancarado que isso é resultado direto do descaso com a educação pelo governo Bolsonaro.

Governo escolheu a bagunça

Desde maio do ano passado estudantes, professores, secretários de educação e outros setores, pediam adiamento da prova e condições para realizá-la. O MEC ignorou sua própria consulta, onde a maioria dos estudantes escolheu a prova em maio de 2021 (a opção mais distante). O governo não ofereceu as condições sanitárias como testagem, materiais de higiene, distanciamento etc. Jogou na bagunça, ceifando a oportunidade de milhares acessarem o ensino superior e agravando as desigualdades. Estudo da Unicef revela que pelo menos 5,5 milhões de jovens não tiveram nenhum acesso à educação básica em 2020 no país!

Cadê o direito à educação?

O ensino presencial está virando artigo em extinção, quando deveria ser a regra a ser restabelecida. As escolas públicas, onde estão a maioria dos jovens, principalmente os mais pobres, seguem fechadas

por descaso dos governos. Um ano de pandemia e se recusam a investir nas condições necessárias para retomar o ensino presencial. Aproveitam para retirar direitos, o que inclui a manutenção altamente desigual da educação à distância, que prejudica o jovem em diversos níveis e abre margem para ainda mais lucro dos tubarões do ensino da rede privada.

É preciso reagir!

É necessário exigir dos governos e prefeituras as condições concretas do retorno ao ensino presencial. Sim, eles são os responsáveis por garantir vacinas pelo SUS, aplicação regular de testes para Covid, estrutura para distanciamento, equipamentos de proteção, higiene, transporte público e passe livre, bolsas estudantis, merendas, reformas escolares etc.



milhões não terão acesso à universidade

A diretoria da UNE e UBES tem que sair da toca e botar a cara na rua. Fortalecer as lutas locais que não pararam, ajudar a reativar entidades estudantis com plenárias e reuniões e construir uma força nacional com mobilizações concretas que exijam as reivindicações estudantis nas ruas de segurança necessária para a volta às aulas presenciais.

Katrina

Queremos viver, ser livres, estudar, trabalhar!

Frente aos ataques, jovens franceses se reúnem para organizar a resistência.

Por iniciativa do Comitê de Ligação dos Jovens pela Revolução, dezenas de universitários de vinte universidades e estabelecimentos de ensino superior, estudantes do ensino médio de dez escolas e jovens trabalhadores se reuniram dia 13 de fevereiro.

Uma mesma rejeição do estado de emergência "sanitária" que os privam de liberdades e de todos os direitos. Eles dizem "nossas escolas estão fechadas. Estamos condenados a cursos à distância que não nos ensinam nada". A precariedade na juventude está aumentando. As filas em frente aos bancos de alimentos estão crescendo.

E quando, como na Grécia, os jovens dizem "não" e se mobilizam, a resposta é uma só: a repressão estatal. "Nós denunciamos a repressão selvagem e as brutalidades policiais que ocorreram em Atenas e Tessalônica, causando muitos feridos e dezenas de prisões" destacou a Juventude

Libertação Comunista da Grécia que defende as manifestações em defesa da educação no país, em saudação ao Encontro dos jovens franceses.

Na França, faz um ano que Macron e seu governo estão usando a pandemia para desferir ataques. Fecham os leitos, os serviços dos hospitais. Para o benefício de uns poucos, eles estão usando a situação contra os jovens, contra os trabalhadores.

"Não é o vírus que está nos matando, é a política desse governo"

Estes jovens recusam este mundo podre em que governos sob as ordens do capital financeiro querem mergulhá-los. Como disse Mathias, estudante da Sorbonne, "é o sistema capitalista que coloca o problema...". Na Grécia, no Líbano, na Argélia... cresce a revolta contra as medidas de confinamento e suas consequências destrutivas. Nesta batalha pela vida, os jovens estão na vanguarda.

Essas lutas pela retomada imediata

das aulas encontram obstáculos, em particular das lideranças sindicais, que aumentam as exigências para a reabertura das universidades e deixam o governo Macron impor o seu estado de emergência.

Organizar a resistência

No final da reunião, foi decidido redigir e publicar um apelo político

para discutir com todos aqueles que estão nas faculdades e colégios e não aguentam mais, para ajudar a organizar a resistência. Serão preparadas reuniões mais amplas possíveis a fim de reagrupar, organizar e estruturar uma força.

Uma nova reunião nacional ainda maior e mais numerosa está prevista.

Correspondente



O bicho tá pegando na Espanha! Milhares de jovens saíram às ruas em dezenas de cidades do Estado espanhol, como Madrid e Valência, exigindo a liberdade imediata do rapper Pablo Hasél preso no dia 16 de fevereiro. A prisão foi porque Hasél criticou o rei e a monarquia nas suas músicas. Vê se pode?! Lá, uma tal "Lei da mordaça" restringe os conteúdos de manifestações. Que absurdo! As ruas estão tremendo cheias de jovens fazendo muito barulho contra a violência policial e revoltados com o regime político.

Juventude Revolução do PT

"Estado e Revolução" de Lenin é o tema da atividade de formação de verão

Os núcleos da Juventude Revolução do PT começaram a organizar as atividades de formação de verão nos estados. No dia primeiro de fevereiro a JR do PT organizou uma live, transmitida pelo facebook e ainda disponível no seu site, que deu abertura às atividades da formação de verão 2021. A live teve como

convidado o companheiro Júlio Turra, dirigente da Corrente O Trabalho do PT, e coordenador do CILI - Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio - que discutiu a última declaração do Secretariado Internacional da 4ª Internacional, publicada no site da Juventude Revolução (juventuderevolucao.com.br/).

O tema da formação de verão 2021 é "Estado e Revolução" e discutirá um trecho do livro de Lênin. A discussão sobre a crise do sistema, explosões sociais e o papel do Estado, ajudará a armar os jovens que lutam junto com a JR para a resistência. São 30 núcleos em 16 estados organizando atividades presenciais e online. As

atividades são abertas aos jovens que têm interesse em participar e estão sendo divulgadas nas redes sociais da JR do PT no Instagram e Facebook. Os jovens interessados, podem enviar uma mensagem nas páginas da Juventude Revolução do PT ou procurar algum militante da JR no seu estado.

Cadê a oposição para barrar a ofensiva?

Depois da eleição das mesas da Câmara e Senado, o governo e o Congresso entram com tudo para avançar a política que lhes é comum: atacar o povo trabalhador e a nação.

A triste realidade mostrada no episódio desta eleição, com o PT que se anulou como oposição nas eleições de Lira e Pacheco no Congresso, deveria ter um fim (ver pág. 4).

O descalabro do governo com a pandemia não cessa, o vírus avança e o povo segue sem testagem, sem vacina. Depois da falta de oxigênio, agora há denúncias aterradoras de que pacientes, sem sedativos, são amarrados e entubados (ver pág. 8). É a barbárie organizada pelo sistema capitalista em crise e que no Brasil está sob o comando de um governo forjado pelo capital financeiro.

O Congresso retoma a discussão e votação de Projetos de Emenda Constitucional (PECs) onde se prevê a retirada de recursos da saúde pública, além da educação.

Bolsonaro avança no seu projeto bonapartista, de tudo controlar acima de todos. E, para agradar a força da grana do capital financeiro, que neste caso, parafraseando a canção Sampa, de Caetano Veloso, só "destrói coisas belas", edita Medidas Provisórias para entregar a Eletrobrás e os Correios. As refinarias da Petrobras estão à venda.

O governo avança e as multinacionais não dão trégua. Nos seus planos globais de reestruturação, não apenas a Ford, mas várias montadoras estão anunciando fechamento de produção no Brasil, ameaçando centenas de milhares de empregos (ver pág. 7).

Neste cenário trágico para a maioria do povo, mas de deleite para o capital, é exuberante a ausência de uma voz que se levante para dizer "basta!" e chame o povo à luta. Uma voz que venha daqueles que tem a maior responsabilidade. Mais, muito mais agora, do que quando foram criadas, as organizações

O PT ESTÁ APRISIONADO NAS PAREDES DAS INSTITUIÇÕES

dos trabalhadores – em particular o PT e CUT – deveriam estar chamando o povo às ruas. Mas estão enredadas em outros assuntos!

Em particular o PT, maior partido de oposição deste país, saiu do episódio da eleição das mesas e entrou com tudo no coro de que punir o execrável deputado bolsonarista, com mecanismos herdados da ditadura e elogios ao Supremo Tribunal Federal por "reencontrar-se" com a Constituição –dois

dos pilares para que chegássemos onde estamos – vai trazer algum alívio para o povo. É o contrário!

Prisioneiro das paredes destas instituições, o PT não chega nas ruas, onde estão os que não podem ficar em casa para não morrer de fome. O PT não chega ao trabalhador que quer defender seu posto de trabalho, aos jovens que, cerceados no direito à educação, vão vendo seu futuro destruído. Às famílias trabalhadoras que não podem comprar os alimentos básicos. Prisioneiro destas paredes o PT não chega ao povo. Única via se quiser construir uma verdadeira oposição neste vazio de obstáculo para o governo, Congresso e multinacionais avançarem nesta avassaladora onda destrutiva.

Modestamente, o Diálogo e Ação Petista, compreende que reclamar não resolve, que é preciso lutar, indo à rua.

Modesta, mas convictamente, em várias cidades do país, bancas dos grupos de base do DAP colhem assinaturas para Projetos de Lei de testagem em massa –medida fundamental para o controle da pandemia. Nestas bancas, dialogando com a população, uma militante do DAP ouviu de uma trabalhadora "que saudade de ver o PT na rua". Assim é. Agir como o PT agia é o caminho para construir uma oposição para pôr fim ao sofrimento do povo.

NOTAS

Reforma agrária anda para trás

Uma das primeiras ações do governo Bolsonaro, três dias depois de assumir a presidência, foi emitir um memorando interrompendo todos os processos de compra e desapropriação de terras para fins da reforma agrária.

Quase dois anos depois a paralisia da reforma agrária se mantém. Um documento interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelado no fim do ano passado mostra que 413 processos de reforma agrária estão completamente paralisados desde 27 de março de 2019. Sem previsão para retomada.

Zerando o orçamento

Bolsonaro não editou nenhum decreto de desapropriação de terras para reforma agrária. É o governo que menos fez assentamentos na história recente. Foram 9,2 mil famílias assentadas em dois anos, Lula, em 8 anos, assentou 614 mil famílias.

Em 2 anos desse governo foram incorporados ao Incra 2,9 mil hectares no programa de reforma agrária. No governo Temer no mesmo período foram 664 mil hectares. No governo Dilma, 3,1 milhões de hectares em 5 anos e 47,6 milhões em 8 anos de Lula.

Em consonância com a política de paralisar a reforma agrária, o governo planeja praticamente zerar os recursos para ela no orçamento de 2021.

Aplicativo para grilagem de terras

Ao mesmo tempo que paralisa a reforma agrária, o governo age para facilitar a grilagem nas terras da União.

Em de 10 de fevereiro o Ministério da Agricultura lançou um aplicativo para celular chamado "Titula Brasil". O ministério comandado por Tereza Cristina (DEM), representante dos grandes latifundiários, justificou o lançamento do aplicativo para facilitar a titulação de terras. Esse é um processo importante na transferência da propriedade da terra, por exemplo, em caso de assentamentos da reforma agrária.

Porém, a titulação de terras que Tereza Cristina quer promover é aquela onde os latifundiários se apropriam de terras públicas ilegalmente, a grilagem de terras. Agora, com o aplicativo "Titula Brasil", esses grandes fazendeiros que desmatam ilegalmente as terras públicas terão facilitado o pedido de propriedades dessas terras. Aumentando assim, ainda mais, a concentração de terras, uma verdadeira marcha à ré na reforma agrária.

Memória

LUTA PELA ANISTIA PRECISA IR PARA AS RUAS

permanência de Flávia Schilling, AFlávio Koutzii e Jorge Basso nas prisões das ditaduras do cone sul mostra que a luta pela sua libertação requer mais do que espaço nos jornais. (...) Por outro lado, tal divulgação, associada às mobilizações já realizadas e ao retorno dos primeiros exilados, obriga o governo (...) [a lançar] uma proposta de "anistia". (...) Por tudo isto é que a luta pela anistia não pode ficar presa a gabinetes e declarações à imprensa. Precisa sair às ruas e ligar-se aos combates que os trabalhadores da cidade e do campo vêm travando. Estava certo o congresso do Comitê Brasileiro pela Anistia quando, em dezembro de 1978, posicionou-se pela "popularização da luta pela anistia".

O Trabalho nº 17 - 13/2/1979



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da $4^{\rm a}$ Internacional. Sua edição ${\rm n}^{\rm a}$ O foi lançada em $1^{\rm a}$ de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em $1^{\rm a}$ de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho **Diagramação**: Paulo Henrique Barbosa Mateus

PT 41 anos: fala o filiado no. 1!

Mario Pedrosa: 'A emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores'

Aírio Pedrosa, militante e pensador marxista, enviou a Lula a "Carta a um líder operário" em 1º de agosto de 1978, após voltar do exílio. Nela, Pedrosa antevê o surgimento do Partido dos Trabalhadores, do qual veio a ser o filiado número 1 no ato da fundação no Colégio Sion em 1980. A carta (trechos abaixo) repercutiu no processo em curso da luta pelo fim do regime militar, com manifestações de rua e, principalmente, greves operárias no ABC.

"Sem libertação é inútil falar de socialismo"

"Já se ouve o reboar desse movimento de classe que sobe das profundezas da terra de Piratininga para os sertões, do Prata ao Amazonas. Esse é o movimento histórico mais importante e fecundo da hora brasileira.



Quando Karl Marx, meu mestre, proclamou no século passado que 'a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores' – esta verdade não se apagou mais da história.

Quando em 1914 abriu-se a

matança interimperialista na Europa, e Lenine e Trotsky puderam arrancar a Rússia do massacre, derrubando o czarismo, e com uma audácia nunca vista tentaram implantar a primeira república dos Conselhos (sovietes); essa república, fundada apenas que fora por uma heroica minoria da classe operária de Leningrado e Moscou, cidades do vasto império russo, a Repú-

blica dos Sovietes não tardou porém a cair como a Comuna de Paris, e, em seu lugar, implantou-se a ferro e a fogo uma ditadura burocrática totalitária, com grandes realizações, sem dúvida, no seu acervo (sobretudo de ordem industrial e militar) mas imensos sacrifícios para o povo russo e seus camponeses e, até hoje, sem nenhuma liberdade.

No Brasil outro panorama começa a levantar-se. Quais são as forças motrizes da nova situação, capazes de convocar o povo, mobilizá-lo, guiá-lo pacificamente para uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita soberanamente pelo povo? Esta classe operária que você se empenha, com seus companheiros de trabalho, em organizar em sindicatos livres da tutela do Estado, com plena autonomia, direito de greve, contratos coletivos de trabalho e uma luta intransigente contra o peleguismo.

(...) Sem a libertação do movimento trabalhista é inútil falar-se em liberdade, democracia ou socialismo."

"Onde está a Oposição neste país?"

É urgente reorientar o partido!

Mo 41º Aniversário do PT, nos dirigimos através desta carta a todos os petistas para agir como o PT agia e, de nossa parte, nos dispomos, desde já, a agir como o PT agia na luta por:

- ★ Vacinas para todos pelo SUS, com Testagem em massa!
- ★Nenhuma demissão na Ford e no Banco do Brasil!
- ★ Auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia!
- ★ Plenos direitos políticos para Lula!
- ★Fim do governo Bolsonaro!"

Assim concluiu a carta publicada pelo Comitê Nacional DAP, preocupada com o curso do partido:

"É muito grave a situação criada na disputa equivocada em que a direção do PT se meteu nas mesas da Câmara de Deputados e do Senado Federal. Apoiando figuras como Baleia (MDB) e Pacheco (DEM), o PT, como partido de oposição, sumiu do cenário. E no episódio da disputa da 2ª secretaria da mesa da Câmara com três candidatos do partido pelo bloco Maia (DEM), a bancada do PT se esboroou apresentando uma imagem lamentável!"

AÇÃO PETISTA PT

Cabe registrar que o PT foi junto com o PCdoB, PDT e PSB ao bloco Maia apoiar Baleia já no 1º turno, enquanto o PSOL lançou Erundina dividido, mas, tal como setores da "esquerda" do PT, favorável ao apoio a Baleia no 2º turno que acabou não sendo necessário.

A Carta Aos Petistas ressalta que "é urgente mudar o rumo que conduz ao abismo e reorientar o partido. Chega de correr atrás da fantasia do

'centro democrático'. Chega de buscar a conciliação subordinada com golpistas e apoiadores das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Se o PT insistir em não ocupar seu lugar de Oposição, vai deixar de ser referência para amplos setores populares e deixar órfãos de representação setores organizados da classe trabalhadora. O PT não precisa ter o mesmo triste destino de outros partidos de esquerda no mundo".

Os militantes de O Trabalho discutem com os integrantes grupos de base do DAP como concretizar as bandeiras acima.

Pachecão cumpre ... com o mercado!

Apoiado pela bancada do PT o novo presidente do Senado é um desastre



Eleito dia 2 com o voto unânime da bancada do PT, o novo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), já no dia seguinte, 3 de fevereiro, urdiu e aprovou por maioria a "autonomia do Banco Central", bandeira histórica da direita pró-mercado.

Surpresa?

Se você nunca tinha ouvido falar dele, não tem problema, o povo também não. Mas anote aí, porque eleito presidente do Senado com o apoio do PT, agora vai se ouvir falar do poderoso Pachecão.

No seminário do Grupo Prerrogativas, grupo de advogados alguns deles petistas, no último dia 20, Pacheco foi questionado sobre a nomeação de generais-ministros e respondeu claramente: "não posso recriminar e dizer que há um movimento de militarização, mas sim de escolha



de pessoas que possam exercer esses papéis".

Surpresa?

Na mesma ocasião, o capacho de Bolsonaro, Pacheco, ainda afirmou que "nós precisávamos das reformas trabalhistas, da Previdência e precisamos da reforma administrativa e da tributária". Mas já "sobre uma reforma política", fechando com chave de ouro, "o presidente do Senado avaliou que não é o sistema eleitoral que define 'a qualidade da classe política'" (OESP, 20/02/21).

Dileto filho da elite reacionária "representada" no Congresso, Pachecão foi o candidato apoiado pela bancada do PT para presidente do Senado. O argumento para justificá-lo foi que o advogado era "garantista" (garantidor de direitos). Pachecão, vamos combinar, é um garantidor do "mercado"!

A bancada do PT não se envergonha de tê-lo apoiado?

GRUPOS DE BASE DO DAP VÃO ÀS RUAS

Bancas coletam apoio para projetos de testagem em massa

gindo como o PT agia, os grupos de base do Diálogo e Ação Petista estão promovendo atividades públicas em muitas cidades do país, discutindo a situação e levando propostas concretas que atendem aos interesses da classe trabalhadora e do povo pobre. Diante da calamidade representada pelo governo Bolsonaro, os militantes defendem a vacinação para todos pelo SUS, a testagem em massa com rastreamento dos infectados, a manutenção do auxílio emergencial, alimentos baratos para a população, mais recursos para os serviços públicos e plena democraciao que inclui a restituição dos plenos direitos políticos para Lula. Tudo isso tendo como foco o fim deste governo genocida e entreguista, o quanto antes melhor.

A receptividade está sendo excelente. Os diversos relatos mostram que é exatamente essa atitude que o povo espera do PT: abrir um canal para que a luta pelas reivindicações possa se desenvolver.

Este movimento precisa continuar e crescer. O DAP tem um papel único neste momento. Seus grupos de base devem ampliar os contatos com os trabalhadores e oferecer uma perspectiva de ação. Está em jogo a defesa dos direitos duramente conquistados, a defesa da soberania da nação e hoje, até o direito à sobrevivência. Os militantes do DAP cumprirão o seu papel.



Coleta de assinaturas ao projeto da testagem na Brasilândia (São Paulo).

"Eles se sentem representados"

Os militantes do DAP e do Diretório Zonal da Freguesia do Ó/Brasilândia (capital paulista) abriram as portas do diretório, no dia 6 de fevereiro, para coletar adesões ao abaixo assinado pela testagem e levam a discussão da necessidade de vacina para todos. Estiveram presentes a ex-candidata a vereadora do PT na região, Lili,



O presidente do DZ, Adilson, firme na luta.

militantes do DAP, o presidente do DZ, Adilson Souza, dentre outros tantos companheiros e companheiras.

Houve ainda um microfone com som para tribuna livre, onde se explicava a necessidade de exigir a testagem para rastrear os locais com alto índice de contaminação da Covid-19 e poder assim realizar uma vacinação eficiente. Alguns companheiros também aproveitaram para dialogar sobre a necessidade de acabar com o governo Bolsonaro, que sistematicamente trabalhou para disseminar a doença – ao invés de combatê-la.

Para Adilson Souza, "não podemos nos calar diante da calamidade da saúde pública e fomos às ruas dialogar com um abaixo assinado que propõe projeto de lei para testagem em massa de toda a população. A receptividade não poderia ser melhor. Mulheres, homens, jovens, trabalhadoras e trabalhadores sentiram representados nas ações de nossa banquinha ".



Em Maceió, vereador do PT vai apresentar projeto

O DAP de Maceió está coletando assinaturas para o projeto de lei da testagem nos sindicatos e em reuniões com movimentos sociais: sindicatos dos Urbanitários, Bancários, Enfermeiros, MST, Movimento Negro e outros. A mesma coisa nas três

carreatas do "Fora Bolsonaro" realizadas na cidade.

Também estão sendo realizadas banquinhas no centro da cidade, aproveitando uma manifestação dos trabalhadores do comércio e foram coletadas assinaturas em escolas públicas e em bairros periféricos, como Sítio São Jorge e Jacintinho. O projeto está recebendo apoio de forma virtual.

Ricardo José dos Santos, assessor do vereador do DAP Dr. Valmir (o único vereador eleito pelo PT em Maceió), informa que se aguarda autorização da prefeitura para instalação de tenda no centro da cidade: "A ideia é fazer um ato em apoio ao projeto da testagem. Nossa intenção é protocolar o projeto quando a Câmara instalar suas comissões".



em São Bernardo.

"O PT tem de estar nas ruas"

A atividade chamada pelo DAP e pelo mandato da vereadora Ana Nice em São Bernardo do Campo, no dia 20 de fevereiro, reuniu cerca de 30 petistas e coletou 200 assinaturas para o projeto de lei de testagem obrigatória protocolado pela vereadora. Também estiveram presentes José Freire, dirigente da CUT-SP, Brás Marinho, coordenador da macrorregião ABCD do PT, e Cleiton Coutinho, presidente do PT municipal de São Bernardo.

Foi aprovada a realização de outra banca no bairro Vila São Pedro, periferia da cidade, no dia 6 de março.

"O PT tem de estar nas ruas, falando com o povo e defendendo direitos. O povo gosta de nos ver nas ruas, nas lutas! Temos que continuar com ações como essa, para pôr fim a esse governo assassino de Bolsonaro!", disse a professora Marina Inês, do DAP, uma das organizadoras da atividade.

A CUT-SP também entrou na luta, com um abaixo-assinado similar, visando igualmente protocolar o PL de Iniciativa Popular da testagem nas câmaras municipais de todo o estado.



"O PT agindo, é o que o DAP propõe"

Militantes do Dialogo e Ação Petista em Juiz de Fora estiveram no dia 23 de fevereiro na porta do Demlurb, o departamento municipal de limpeza urbana, com uma banquinha para coletar assinaturas em defesa do projeto de lei que propõe testagem em massa e rastreio para o combate à pandemia.

Edna Simples, militante do DAP, relatou que "os trabalhadores foram bem receptivos", acrescentando: "Esse tipo de atividade mostra a proximidade do PT, da vereadora do PT, da CUT, com o trabalhador. Acho que é o trabalho que o DAP pensa, é o PT agindo".

Para Fernando Vieira, um trabalhador do Demlurb que assinou o abaixo assinado, a iniciativa é muito importante "porque há uma necessidade de separar os possíveis infectados, dar uma melhor qualidade de vida a eles, colocá-los em quarentena e evitar que mais pessoas sejam contaminadas". Fernando disse que "a testagem em massa tem que acontecer e precisamos de mais vacinas, todas as pessoas precisam ser vacinadas o mais rápido possível".

O PL em Juiz de Fora é de autoria da vereadora Cida Oliveira (PT), militante do DAP, que também esteve presente na atividade. Cida disse que a campanha está apenas começando: "Nos próximos dias vamos visitar diversos locais de trabalho para ampliar a luta pela testagem e o rastreio". Para Cida, "o governo Bolsonaro está deixando apodrecer milhões de testes. Defendo que a prefeita Margarida Salomão, do PT, deveria inclusive requisitar judicialmente estes testes estocados no aeroporto de Guarulhos, prestes a vencer".

Exigir volta às aulas com segurança

Governos pouco ou nada fizeram para reabrir as escolas

Na maior cidade do país, São Paulo, a volta às aulas é um caos. Escolas abrem e fecham em função do contágio de profissionais e estudantes, a presença em sala de aula é facultativa e em turmas reduzidas, o ensino remoto continua enganando alunos (os que tem acesso) e professores sobrecarregados.

A responsabilidade por isso é dos governos e razões existem para uma greve com exigências claras para a volta às aulas presenciais. Mas tem prevalecido nas entidades sindicais uma orientação de "volta às aulas só com vacina" e de "greve sanitária" - que na verdade não é greve, pois propõe manter o trabalho remoto - em nome da "defesa da vida". O

resultado pode ser visto na baixa adesão na base da Apeoesp (rede estadual) ao chamado à greve, com confusão na categoria.

Já na rede municipal, a direção do Sinpeem, que não realiza assembleia desde março de 2020, ao lado de outras entidades, decretou greve inclusive com paralisação do teletrabalho, afirmando que os trabalhadores "querem a volta das aulas presenciais" e exigindo negociações para uma "volta com segurança sanitária, testagem em massa e vacinação para toda/os". Nesse caso há um movimento de greve real, mas, na pauta de reivindicações de 10 pontos das entidades, os três primeiros são para manter ou ampliar atividades



remotas.

A situação não é muito diferente em outras cidades e estados, dada a linha geral da CNTE-CUT de "volta às aulas só com vacina", o que, além de dificultar o diálogo com as famílias pobres que vivem um drama com as escolas fechadas, muitas vezes aparece como defesa do ensino remoto, que é um engodo para os alunos, esfola os professores e destrói a educação.

Vacinar só os profissionais do ensino não resolve o contágio, daí ser correto exigir "vacina para todos" e um calendário concreto de vacinação. Mas é preciso que as entidades sindicais exijam dos governos testagem, condições sanitárias básicas, contratação de profissionais, EPIs, sob pena de condenar toda uma geração de estudantes a escolas fechadas por um longo tempo, comprometendo o seu direito ao ensino público.

Lauro Fagundes

Ataques ao serviço público

PECs e reforma administrativa voltam a tramitar

Os recém eleitos presidentes da Câmara Arthur Lira(PP-AL) e do Senado Rodrigo Pacheco (DEM--MG), antenados com Bolsonaro/ Guedes, colocaram para tramitar as PECs (Propostas de Emendas Constitucionais) 186, 188 e em seguida querem a reforma administrativa.

A linha é que precisam de verbas para renovar o auxílio emergencial de R\$ 250,00 - nova conversa fiada. Defendemos o auxílio de R\$ 600,00, mas não em detrimento aos serviços públicos que a população necessita ainda mais neste momento de pandemia.

Velhas conhecidas

As PECs 186 e 188/19, que agora

querem sua fusão, são velhas inimigas dos serviços públicos, ambas de autoria do Senador Fernando Bezerra (líder do MDB). Entre outras, as medidas implicariam a adoção de "gatilhos" para cortar investimentos em saúde, educação, segurança, emprego e cortes amplos nos direitos dos servidores sempre que os gastos atingirem o patamar. E isso nos três níveis: federal, estadual e municipal.

Devemos ficar atentos para manobras do governo para atrair apoios em troca da retirada de pontos mais violentos (o "mal menor") como o corte de 25% do salário e jornada dos servidores.

Nenhuma confiança nesse governo, vamos fazer pressão via entidades

sindicais nos parlamentares e dizer claramente: rejeição total dessas propostas!

Nada é tão ruim que não possa piorar

O senador Márcio Bittar (MDB-AC) divulgou seu parecer sobre a PEC emergencial e com mais ataques, ao incluir acabar com os pisos para gastos em saúde e educação, desvinculando as receitas. Governadores e prefeitos não serão mais obrigados a gastar o mínimo que é estabelecido na Constituição: estados que são obrigados a destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação e os municípios, por sua vez, respectivamente, 15% e 25%.

O senador propõe dar flexibilidade

para gastarem mais ou menos nas áreas, segundo entrevista na GloboNews, "[A ideia é] devolver aos municípios, aos estados e à União o poder de legislar uma das leis mais importantes, que é a do orçamento. Até porque, vincular o orçamento da União, que é o único país democrático no mundo que tem esse grau de vinculação, não resolveu nada", que cinismo.

A votação está prevista no Senado esta semana e seguirá para a Câmara dos Deputados onde Arthur Lira promete acelerar o processo para votar em março a Reforma Administrativa, logo após as PECs.

João B. Gomes

8 de março: lutar pelos nossos direitos!

No dia internacional das mulheres trabalhadoras vamos levantar nossas bandeiras

Obre a necessidade do Dia da Mulher, Kollontai (1913) escreveu: " (...) a mulher trabalhadora é o membro mais degradado, tanto legal quanto socialmente, da classe operária. Ela foi espancada, intimidada, encurralada ao longo dos séculos...". De fato, a luta da mulher trabalhadora contra a exploração e a opressão atravessa gerações e ganha toda atualidade: a pandemia da Covid-19 escancara as feridas do capital e mostra que os problemas do mercado de trabalho e da violência contra a classe trabalhadora atingem mais gravemente a mulher.

Com a taxa de desemprego no Brasil ultrapassando a marca de 14 milhões de pessoas (dez/20, IBGE), as mulheres são duramente atingidas, seja porque ocupam os principais setores afetados pela pandemia (hotelaria, alimentação, serviços domésticos), seja porque já eram maioria no trabalho informal mesmo antes de terem sido obrigadas a deixarem seus empregos para se dedicarem ao cuidado das crianças, com a paralisação das aulas presenciais.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela um aumento de 2% nos casos de feminicídio no Brasil no primeiro semestre de 2020, destacando que, apesar de o confinamento ter disparado os casos de violência doméstica no país, o número de registros de denúncias caiu. A mulher está desamparada diante da ausência de medidas de enfrentamento adotadas pelo governo.

As mulheres são as mais atingidas com os ataques desferidos pelo governo Bolsonaro. A tentativa de aprovação da Reforma Administrativa (ver acima), pondo um fim a estabilidade do emprego é uma ameaça pois, pelo menos no serviço público, há a garantia de que elas consigam manter seus empregos depois que se tornam mães. Esse ataque ao funcionalismo público pesa mais sobre a mulher pois, mesmo se há desigualdade salarial, trata-se de um lugar onde ainda consegue ter

respeitados seus direitos, tais como auxílio-creche, prorrogação de licença-maternidade e horário de lactante; direitos colocados em questão com essa reforma.

Violentadas, encurraladas e precarizadas de maneira ainda mais aguda durante a pandemia, as organizações dos trabalhadores como o PT e CUT estão chamadas a ocupar um lugar na luta pelo fim do governo Bolsonaro e organizar neste 8 de março mobilizações que integrem à necessidade da testagem em massa e de vacina para todos, a luta pelo fim da violência e em defesa dos direitos da mulher trabalhadora.

Maíra Oliva

Como garantir os empregos que a Ford vai eliminar?

Sindicatos obtém liminares na Justiça que suspendem demissões



Em 22 de fevereiro a unidade da Ford de Taubaté (SP) retomou a produção com uma parcela de seus 830 funcionários em acordo com o Sindmetau (CUT). No mesmo dia o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) manteve liminar que proíbe a multinacional de demitir em massa, obrigando-a a pagar salários e licenças, proibindo a venda de bens e maquinário da fábrica, até que se concluam as negociações com o sindicato.

Também em Camaçari (BA), os trabalhadores começaram a voltar ao trabalho de forma escalonada desde o dia 22. O presidente do sindicato (CTB), Júlio Bonfim, fala numa "trégua" para nova negociação sobre indenizações. Cinco empresas fornecedoras da Ford já fecharam e demitiram todos os seus trabalhadores na região.

Os sindicatos conseguiram assim suspender momentaneamente as demissões. Mas a decisão da Ford fechar suas três unidades no Brasil – além das citadas, a de Horizonte (CE) - está mantida e as demissões na cadeia produtiva podem chegar a 120 mil postos de trabalho.

A saída da Ford do Brasil anuncia a de outras montadoras, como a GM, que decidiu acabar com a produção de veículos a combustão até 2035 e abriu

PDV (plano de demissão voluntária) nas suas unidades de São Caetano do Sul, São José dos Campos (SP) e Gravataí (RS). A Audi (marca da VW) anunciou suspensão de atividades em São José dos Pinhais (PR), alegando dividas que o governo teria com ela no programa InovaCar.

O que está em curso é um processo mundial de reestruturação das montadoras para produzir carros elétricos, anterior à pandemia e que hoje a utiliza como pretexto para fechar fábricas. Para defender os empregos e a manutenção da produção no Brasil, portanto, se exigem medidas muito mais amplas e políticas.

Nacionalizar a Ford como empresa pública

A CNM-CUT abriu a discussão sobre a nacionalização da Ford. Uma audiência pública na Câmara dos Deputados em 27 de janeiro, entretanto, não avançou na proposta de um Projeto de Lei neste sentido, limitando-se a propor uma

comissão parlamentar para discutir a desindustrialização.

Em 5 de fevereiro a plenária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos discutiu o caso da Ford. O dirigente metalúrgico do ABC Aroaldo Oliveira disse na ocasião que a Ford "deve para o Estado brasileiro, teve isenção fiscal, teve um regime tributário diferente no Nordeste, tem empréstimos ativos junto ao BNDES. Quando um cidadão comum deve ao Estado, a União cobra essa pessoa e pega os bens para quitar a dívida, então nada mais justo do que ter essa iniciativa com a pessoa jurídica". O Conselho aprovou recomendar um

projeto de lei de nacionalização da Ford ao Congresso.

Mas a discussão de que nacionalizar é encampar a Ford pelo poder público, como sugere a fala de Aroaldo, aparece misturada com a ideia de "autogestão dos trabalhadores", na forma de cooperativa, o que a experiência já demonstrou ser uma falsa solução (ver box). É preciso cobrar do poder público a encampação da Ford, como uma empresa estatal, única forma de garantir os empregos e direitos dos trabalhadores e assegurar a continuidade da produção.

Julio Turra

UM ALERTA NECESSÁRIO

Na virada dos anos 90 para o século atual, muito se falava de "empresas recuperadas pelos trabalhadores", no Brasil e países vizinhos. Elas apareciam como uma resposta ao fechamento de fábricas que não resistiam à concorrência no mercado capitalista controlado pelas multinacionais. Teorias sobre "autogestão" e "economia solidária", abundavam então. Hoje, cooperativas no setor industrial ou viraram empresas privadas que contratam assalariados ou sumiram do mapa, à exceção de setores artesanais voltados a comunidades locais.

Tomemos o caso da Cipla em Joinville (SC). A fábrica de produtos plásticos foi ocupada em 2002, em nome do passivo trabalhista do proprietário, e passou a ser gerida por uma comissão eleita pelos trabalhadores que defendia a sua estatização. Lula, então presidente, recebeu uma delegação da Cipla e disse que estatização estava "fora do menu", sugerindo que formassem uma cooperativa. Os trabalhadores não aceitaram virar cooperativa e a fábrica seguiu buscando colocar seus produtos no mercado. Até o dia em que a comissão que a dirigia submeteu à assembleia dos trabalhadores a decisão se pagava os salários ou honrava os direitos trabalhistas, pois não havia recurso para ambos. O que resultou numa intervenção judicial e no fim da experiência em 2010, com o fechamento da fábrica e mais de 700 demissões. As leis do mercado são implacáveis. Só a estatização permite a garantia dos empregos e uma produção em larga escala.

CUT-RS debate a situação frente à pandemia

Vacina privada e o "fique em casa" não é saída para os trabalhadores

esde o início da pandemia a CUT/RS, com os sindicatos da área da saúde, se lançou em campanha exigindo dos governos a testagem e agora a vacina para a Covid-19. Esta semana os sinais de colapso do sistema gaúcho de saúde público e privado apareceram. Postos de saúde e hospitais estão abarrotados, a pandemia cresce e mesmo assim os trabalhadores não deixam de lutar por condições de trabalho. Foi o que mobilizou médicos, enfermeiros e técnicos no ato do Posto da Cruzeiro (Porto Alegre) que num ato presencial (22/02) denunciaram a falta de lençóis limpos, alimentação

para pacientes e ampliação da força de trabalho.

No planejamento da direção da Central, com abertura de João Pedro Stédile (MST), um debate se colocou. João Pedro anunciou que as mobilizações "só virão depois da vacina, pois não somos irresponsáveis em chamar o povo para a rua". Uma pergunta se impõe: como é possível combater a privatização do Banco do Brasil, da Petrobras, ou a reforma administrativa e os ataques à educação e à saúde "dentro de casa" enquanto Bolsonaro passa a boiada? No ritmo atual de vacinação 70% da população só será imunizada

em 2024. Justamente por isso não é necessário mobilizar os trabalhadores para que a testagem em massa e as vacinas cheguem o quanto antes?

Vacinação por empresa?

Outra polêmica se deu em torno da vacina. Dirigentes metalúrgicos anunciaram a discussão com os patrões sobre a vacinação por empresa, reproduzindo a posição da Força Sindical dentro da CUT sobre o tema. A resposta veio imediatamente de uma dirigente sindical da saúde. De modo contundente ela explicou que a vacina privada é um atalho para abandonar os trabalhadores

que estão na linha de frente contra a pandemia, pois a maioria da sua categoria "não tem plano de saúde e sequer é atendida nos hospitais que trabalham". Ao final, a CUT/RS reafirmou sua posição em defesa da vacina pública, gratuita e pelo SUS. Mas sinais de alerta foram acessos. A negociação das vacinas por empresa além de abandonar a defesa do SUS e a pressão sobre Bolsonaro abre a via para deixar milhões de trabalhadores do mercado informal ou desempregados à própria sorte. Fora a falta de solidariedade de classe mais elementar.

Marcelo Carlini

O TRABALHO ■ de 25 de fevereiro a 11 de março 2021

Faltam vacinas e testes e pandemia avança

Consequência do interesse das farmacêuticas no lucro e descalabro do governo

e maneira mais arrasadora, 2021 nos traz o aprofundamento da pandemia frente a inoperância do sistema capitalista. Já devíamos ter medicamentos, testes, insumos, leitos e produção cientifica, que minimamente nos fizesse enfrentar de forma mais preparada a doença. Com políticas públicas que respondessem as necessidades da população, e o adequado uso da capacitação tecnológica e científica.

A pandemia avança e nessa semana diversos municípios do país interromperam a vacinação por falta de doses e impõe lockdown e toque de recolher. Após um mês do plano nacional de imunização, nem 3% dos brasileiros receberam a primeira dose. Segundo o ex-ministro da Saúde, no governo Dilma, Arthur Chioro, "com a falta de planejamento do governo Bolsonaro, o Brasil só deve conseguir atingir o número de vacinação suficiente para conter a pandemia de coronavirus ao final de 2022'.

E o alastramento de variantes e de colapsos em municípios se multiplicam. Além de cidades do Amazonas e Pará, outros estados como Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo possuem ocupações recordes de leitos de UTI.

O lucro ou a vida

As vacinas são colocadas para produção e venda com base em valores ditados por patentes, e negociadas de forma antecipada para os países imperialistas. A produção científica está à mercê da influência das indústrias farmacêuticas requisitando as suas patentes, e se comprometendo



Fila em Postos de Saúde por vacina que sobram

com uns em detrimento de outros. Entre as 48 empresas envolvidas no desenvolvimento das vacinas em meados de novembro, pouco antes das autorizações de emergência para o uso de qualquer uma delas, 13 haviam feito vendas antecipadas. Assim essas empresas prometeram entregar 7,5 bilhões de doses de vacinas a vários países antes que qualquer um deles mostrasse resultados de ensaios clínicos suficientes para aprovação. Dessas doses, mais da metade (ou 3,85 bilhões) foram prometidas a países de alta renda, que representam cerca de um sétimo da população mundial.

Como retratado pelo pesquisador da Fiocruz, sanitarista Sergio Arouca "diante da pandemia não podemos ficar reféns dos monopólios de setores da indústria farmacêutica, transformando o acesso a produtos que salvam vidas em privilégio de poucos e quebrando o preceito de acesso universal e de direito constitucional à saúde".

O mecanismo de licença compulsória e liberação da patente foi utilizado no Brasil, por exemplo, em 2006, para retirar o monopólio de precos decorrente do Efavirenz, antirretroviral utilizado no tratamento de HIV/Aids, naquela época considerada como modelo para o mundo.

Mas o que vemos é, além da falta de vacinas dominadas pelas patentes da indústria, a falta de medicações e insumos básicos. Faltam antibióticos, drogas para sedação e controle de dor de pacientes graves, e mais recentemente nos chocamos com a falta de oxigênio. Agora faltam sedativos, com denúncias recentes de pacientes amarrados entubados sem sedação!

Há no senado um Projeto de Lei (PL) que estabelece a quebra de patente de vacinas, testes de diagnóstico e medicamentos de eficácia

comprovada contra a Covid-19. De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta (PL 12/2021) determina que, enquanto vigorar o estado de emergência de saúde, fica liberada a produção de imunizantes, remédios e insumos, sem observância dos direitos de propriedade industrial. O senador considera a quebra de patentes essencial, pois a pandemia está longe de ser superada. Qualquer parlamentar democrático deveria votar a favor desse PL.

Ainda estamos longe do fim dessa pandemia. Além da exigência de vacina para todos, devemos seguir exigindo garantias de aumento da nossa capacidade de detecção da doença com testagem em massa, proteção adequada aos trabalhadores de saúde e as populações restritas e o necessário investimento no Sistema Único de Saúde.

Juliana Salles

ABUSO EMPRESARIAL

A pandemia de covid-19 dobrou, em 2020, a quantidade de denúncias de negligência de empregadores nos cuidados com a saúde dos funcionários, de acordo com dados do Ministério Público do Trabalho (MPT). Apesar do crescimento de autuações e processos, o órgão ainda aponta muita resistência em alguns setores por medidas que evitem a propagação do novo coronavirus dentro das empresas. O MPT recebeu, apenas no ano passado, 36.771 denúncias relacionadas à Covid- 19. A empresa é obrigada a afastar os trabalhadores com casos confirmados ou suspeitos de Covid-19 para quebrar a cadeia de transmissão dentro do ambiente de trabalho. Segundo a procuradora Márcia Kamei López Aliaga, coordenadora nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do MPT, "o Brasil tem um problema crônico em lidar com questões de saúde e segurança do trabalhador. A pandemia intensificou esse problema e o colocou em evidência". Ela cita relatórios de órgãos de vigilância municipais, que atestam que, mesmo pessoas com testes positivos, continuaram trabalhando normalmente após apresentarem apenas sintomas leves da doença.

"Damares indefere pedido de anistia de integrante da cúpula do PT"

Markus Sokol tivera anistia por voto unânime

📭 om este título, Veja publicou no ✓seu blog Radar o indeferimento do pedido de anistia de Markus Sokol, no mesmo dia do Diário Oficial da União.

Um despacho da ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, incluíra Sokol em 24 portarias de indeferimento no dia anterior, dia 10 de fevereiro, em curiosa "coincidência" com a data do 41º aniversário da fundação do PT.

Consultado a respeito por Carta Capital naquele dia, Sokol distribuiu

"Nem sabia. Não devo dizer que esteja surpreso.

Há quase 4 anos fui à Brasília numa audiência no salão negro do Ministério da Justiça, quando meu processo foi aprovado. Direito a parcela única como reparação pela Lei de Anistia, depois me comunicaram. Mas nunca recebi nada.

Era ministro da Justiça, quem abriu a audiência, o sr. Alexandre de Moraes, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal.

Da minha parte, vou buscar meus

A luta continua!

Comemoro, assim, os 41 Anos do PT!"

Sokol aguarda agora o pedido de acesso ao parecer que embasou a portaria da ministra para instruir um recurso.

É uma situação semelhante à de centenas de outros requerentes que foram demitidos, presos, perseguidos e sofreram tortura durante o período da ditadura militar.

Muitos deles tem tido seus processos de reconhecimento legal pelo Estado negados nos governos

posteriores ao golpe do impeachment, mesmo tendo sido aprovados em audiência formal da Comissão Anistia, já sob nova composição no governo Temer - no caso de Sokol, a decisão da Comissão foi por unanimidade. Ele foi perseguido desde 1970, preso e torturado em 1973, e privado dos direitos de cidadania até

Markus Sokol recebeu a solidariedade de lideranças políticas do PT, do PSOL, do PCdoB e do PSB, além de sindicalistas e intelectuais, amigos e companheiros.

de 25 de fevereiro a 11 de março 2021 ■ O TRABALHO

As vísceras da República expostas

Podridão das instituições sob tutela militar à luz do dia

A Operação Lava Jato acabou. Uma decisão da 2ª Turma do STF garantiu a Lula acesso a arquivos da Operação Spoofing. Mas depois de mais de uma década de perseguição ao PT, ninguém foi punido, apesar das novas e escandalosas informações do trabalho ilegal conjunto de juízes e promotores (ver abaixo).

Hipócritas, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) agiram como se não fossem responsáveis pela proteção de Moro, Dallagnol e outros. O juiz Gilmar Mendes, bateu o recorde: "ingênuos, fomos todos manipulados por Curitiba". Esta é a Justiça!

As mesas da Câmara e do Senado foram eleitas com a repetição escancarada do toma-lá-dá-cá. Ali vige um mercado de parlamentares que envolve o PT (e o PSOL), e não um parlamento de partidos. Sequer se viu uma Oposição disputar. Os blocos regulamentados são mera cobertura de acertos de voto na maioria individuais, onde as traições campeiam pilotadas pela ambição ou pior.

"Sob nova direção", as primeiras votações em plenário aprofundam a velha destruição. Este é o Congresso Nacional!

O presidente Bolsonaro, sentindo o chão na tibieza da Oposição, num novo surto de bonapartismo avança a militarização do regime. Nomeou mais generais, paparicou a soldadesca militar, e editou 4 decretos flexibilizando o porte de armas que não tiveram resposta à altura, apenas muxoxo.

Muito menos do general Villas Boas, líder da força que teria o "monopólio da violência" (as armas). Falando em nome da cúpula do Exército se deu ao luxo de provocar e ironizar os ministros do STF que - 3 anos depois! – não admitem a "pressão inaceitável" do seu tuite que, de fato, disciplinou o STF para manter Lula preso fora do pleito de

O tranquilo ministro do Exército, general Fernando Azevedo, era o "assessor" do então presidente do STF, Tóffoli, exercendo a tutela militar prescrita pelo art. 142 da Constituição, que lhe atribui "a defesa da lei e da ordem".

Esta é a "democracia" brasileira!

Aquela em que o ministro da Justiça processa o cartunista Aroeira pela Lei de Segurança Nacional da ditadura, devido a uma charge onde Bolsonaro pinta de preto as pontas da cruz vermelha, símbolo dos hospitais, como uma cruz gamada, a suástica nazista.

É preciso abolir a LSN e a ruptura democrática com esta Constituição,

esta ordem injusta e infame, através de uma Assembleia Constituinte Soberana onde o povo recupere direitos sociais e nacionais, e possa viver em paz, com justiça e soberania.

Esta LSN foi usada para prender o deputado da extrema-direita digno

de asco (ver box), pelo STF contra um crime de "subversão da ordem" em "defesa da Constituição". E o foi sob os aplausos entusiasmados da Oposição de esquerda.

Oposição!?

Markus Sokol

A QUESTÃO DA PRISÃO DO DEPUTADO VALENTÃO

O deputado valentão Daniel Silveira (PSL) mereceria uma surra. Por exemplo, pelo fato de desde 2018 e 2019 ter invadido o Colégio Pedro II, no Rio e em Petrópolis, para "inspecionar", na verdade, ofender e intimidar estudantes, professores e funcionários.

Eis que o STF ordena a prisão do deputado bolsonarista por um vídeo com ameaças e ofensas à corte, exortação do Al-5, "subversão da ordem" etc. Ele foi enquadrado na arbitrária Lei de Segurança Nacional da ditadura militar. A LSN permite qualquer coisa, mas prisão de deputado exige "flagrante de delito". Vídeo de internet não é flagrante. E nenhum dos "crimes inafiançáveis" lhe pode ser imputado. O deputado goza de imunidade parlamentar.

A imunidade parlamentar é uma conquista democrática. Na vida real, os poderosos sempre dão um jeito de escapar da lei. Para os representantes das classes oprimidas, a imunidade é uma garantia contra a classe dominante, seus artifícios legais, policiais e a provocação organizada.

A legitimação desta lei de exceção, a LSN, ninguém se engane, visa a intimidar os trabalhadores, objetivo da sua criação.

É deplorável o apoio da bancada do PT no caso da prisão, uma defesa das instituições. Seria a volta à época em que não reagiu à Lava Jato porque iria "virar a página" (e deu no que deu)? O deputado Pimenta em nome do PT saudou a ordem de prisão pois "o STF se reencontra com a Constituição" - a LSN integrada a Constituição, essa é a verdade!

Ele foi acompanhado pelo PSOL, o PCdoB e a maioria da frações da burguesia, deixando à parte do bolsonarismo a contestação do "sistema" pela extrema-direita. Lamentável!

Pela restituição dos direitos políticos de Lula

Novos diálogos da Lava Jato não deixam dúvida sobre a perseguição ilegal para condená-lo



A revelação de mais conversas entre integrantes da Lava Jato amplia as evidências de que a operação era na verdade um esquema montado para condenar Lula e criminalizar o PT. As transcrições divulgadas recentemente – parte de um material bem mais amplo do que o entregue antes para jornalistas – escancaram como o ex-juiz Sergio Moro orientava de forma ilegal o procurador Deltan Dallagnol e seus comparsas na

perseguição a Lula

A participação internacional por fora dos canais oficiais está documentada. No fim de 2015, Moro e Dallagnol falavam de visitas de procuradores suíços que deveriam ficar em sigilo. Em setembro de 2016, um dos procuradores, Orlando Martello, refere-se ao então procurador suíço Stefan Lenz ao escrever: "Pessoal, passei a lista com os nomes dos possíveis nomes para acordo para Stefan

(in off)". In off? Se fosse algo legal, estaria documentado formalmente.

O próprio Martello havia escrito a um dirigente do Departamento de Justiça (DoJ) dos EUA sobre como contornar a proibição de participação de agentes estadunidenses em interrogatórios feitos no Brasil. Fica demonstrado que o trabalho com EUA, Suíça e Mônaco seguia a mesma lógica. Os estrangeiros investigavam algo e, se encontrassem alguma evidência que pudesse ajudar na condenação de Lula, essa informação era solicitada oficialmente.

Confissão de crimes

A "equipe de Moro", como eles mesmos se denominavam, era um grupo que utilizava suas posições no aparelho de Estado com objetivos políticos. Moro (o juiz) perguntava aos procuradores (a acusação) se a denúncia era "sólida o suficiente" e recebia antecipadamente a argumentação a ser apresentada. Orientava sobre como agir e exigia satisfação sobre os recursos a serem

apresentados.

Em março de 2016, o procurador Antônio Carlos Welter alertou para a necessidade de uma avaliação sobre quando apresentar a denúncia contra Lula, "para não fazer um mártir". E acrescentou que "hoje, depois de muito tempo, o PT levou 200.000 pessoas na av. Paulista". A procuradora Carolina Rezende, no melhor estilo miliciano, dizia que era preciso "atingir Lula na cabeça (prioridade número 1)".

Há também a confissão de crimes. Dallagnol escreveu, em janeiro de 2016, que uma delegada, identificada como Erika, "entendeu que era pedido nosso e lavrou termo de depoimento como se tivesse ouvido o cara, com escrivão e tudo, quando não ouviu nada". A policial fraudou um depoimento, e os procuradores a acobertaram.

Todas as evidências comprovam que os processos precisam ser anulados e Lula deve ter seus direitos políticos restituídos.

Cláudio Soares

10 ()S nossos

Homenagem ao camarada Edmilson Menezes (1951-2021)

A luta pela emancipação da classe trabalhadora perde um militante determinado



Ocamarada Edmílson Menezes nos deixou na noite de 18 de fevereiro. Dedicamos esta página a honrar a sua memória.

Em 19 de fevereiro, o velório que antecedeu a cremação de Edmílson na Morada da Memória no Recife. foi acompanhado virtualmente por muitos amigos e militantes em todo o país. Na ocasião, além do ex-deputado Fernando Ferro, falaram sua filha, Beatriz, sua companheira, nossa camarada Jacqueline Albuquerque e nosso camarada Alexander Valença. Despediram-se de Edmílson com palavras que representaram o sentimento de toda a militância de O Trabalho. Alexander, "filho político de Edmílson" nas suas próprias palavras, encerrou a sua fala cantando a Internacional.

Em 20 de fevereiro, a carreata por vacina para todo/as, auxílio emergencial de 600 reais e Fora Bolsonaro ocorrida no Recife, parou para fazer um minuto de silêncio em memória do camarada, finalizado com o coro de "professor Edmílson, presente! Hoje e sempre!"

A corrente O Trabalho fará em 27 de fevereiro um ato presencial em homenagem a Edmílson Menezes no Recife. Ele ocorrerá no Sindicato dos Bancários com participação virtual de convidados e transmissão via internet. Abaixo, trechos de notas de pesar e declarações em memória do camarada.

A Redação

Corrente O Trabalho do PT

Camarada Edmílson Menezes, PRESENTE!

Com enorme pesar recebemos a notícia do falecimento do camarada Edmílson Menezes Medeiros ocorrida na noite de 18 de fevereiro de 2021. Ao longo de 21 dias de internação em hospital do SUS no Recife, Edmílson lutou para sobreviver aos efeitos da Covid-19, mas seu organismo não resistiu e ele nos deixou.

Para a 4ª Internacional e sua seção brasileira, a corrente O Trabalho do PT, a morte precoce do camarada Edmílson é uma perda inestimável, cuja responsabilidade deve ser atribuída ao sistema capitalista mundial em crise, incapaz de proteger a humanidade de um vírus, e aos governantes, responsáveis no Brasil pelo total descontrole da pandemia. Edmílson Menezes, ao longo de quatro décadas, foi militante e dirigente da seção brasileira da 4ª Internacional, tendo sido um dos fundadores do PT e da CUT em Pernambuco. (...)

Todos e todas militantes que conviveram com Edmílson sabem do papel central que ele jogou como dirigente. Sua disciplina e determinação em transformar objetivos em resultados concretos em todos os âmbitos da atividade política – dos mais modestos aos mais abrangentes – eram exemplares.

A contribuição política do camarada se deu não só na corrente O Trabalho e nas atividades da 4ª Internacional nas quais participou dentro e fora do Brasil, mas se espraiou junto aos companheiros e companheiras do movimento dos trabalhadores em Pernambuco, em particular os cutistas e petistas. A luta pela emancipação dos trabalhadores perdeu um dos seus combatentes mais firmes.

O sentimento de perda, que atinge a militância de O Trabalho, é ainda maior para a camarada Jacqueline Albuquerque, companheira de Edmílson por mais de 30 anos, à qual afirmamos a nossa mais completa solidariedade neste momento terrível. Às suas filhas, netos e netas dedicamos a frase de León Trotsky que o seu pai e avô gostava tanto: "A vida é bela. Que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda a opressão, de toda a violência, e possam gozála plenamente".

Fica o nosso compromisso de, através do trabalho coletivo, buscar suprir a lacuna que Edmílson deixou, prosseguindo a luta incansável que foi a sua contra o sistema capitalista apodrecido e por um mundo liberto de toda a forma de opressão

e exploração.

A Comissão Executiva de OT (publicada em 19/02 em: otrabalho.org.br)

Mensagem da 4° Internacional

Saudação à memória do camarada Edmilson Menezes

A 4ª Internacional acaba de perder um militante de quatro décadas para uma epidemia cuja responsabilidade deve ser atribuída ao sistema capitalista mundial em crise, incapaz de proteger a humanidade, governado que é pela ganância no quadro da grande propriedade privada dos meios de produção.

Militante fundador do PT e dirigente histórico de O Trabalho, a perda do camarada Edmilson será sentida por uma geração de militantes. Mas seu exemplo de militância será um fator de educação das novas gerações que estão despertando!

A vida do camarada Edmilson valeu para seus entes queridos e valerá para a luta pela libertação do seu Brasil e de nosso mundo, de todas as formas de opressão e exploração.

Saudações trotskistas,

O Secretariado Internacional da 4ª Internacional

(Publicada em 19/02 em: otrabalho.org.br)

Diálogo e Ação Petista

É com muita pesar que o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista despede-se do companheiro Edmilson Menezes de Medeiros, falecido precocemente em decorrência de complicações causadas pela Covid-19, mais uma vítima da pandemia e da política obscura do Bolsonarismo. (...)

Comprometido, ético, íntegro, construtor, dedicado. Responsável

pela formação política de várias gerações de petistas. Militante histórico, sonhador, abnegado e aguerrido, Edmilson teve sempre como sua marca o otimismo, a favor da coletividade, defensor ardoroso da classe trabalhadora, incansável na proteção das bandeiras e lideranças do Partido. E sempre com a coerência e a disciplina que lhe eram peculiares.

À família, aos amigos e às amigas, companheiros e companheiras de luta de Edmilson, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista expressa seu pesar e solidariedade.

Recife, 19 de fevereiro de 2021 (publicada em: petista.org.br)

Juventude do PT-PE

Perdemos ontem o querido companheiro Edmilson Menezes, o professor Edmilson, como era conhecido. (...)

Socialista convicto jamais abandonou suas idéias ou buscou adaptá--las às situações do momento. Pessoa simples, honesta, firme e dedicada estava sempre pronto para a luta. Defendeu o PT como poucos, nunca deixando de expressar sua discordância quando entendia que o partido se afastava da radicalidade de ação que julgava necessária. Preocupado sempre com o diálogo entre teoria e prática foi um grande incentivador dos debates, organizando vários momentos de formação que contribuíam para o fortalecimento da militância com seu grupo, o DAP (Diálogo e Ação Petista).

Edmilson partiu ontem, mas como bom professor nos deixa o ensinamento sobre uma militância séria, corajosa, ideológica, crítica às facilidades casuísticas trazidas pelos espaços de poder e comprometida sinceramente com a luta pelo socialismo. (...)

Descanse em paz, companheiro, que nós seguiremos na luta!

Hasta la victoria! Professor Edmilson, presente!

Outras mensagens

Enviadas aos familiares, à nossa corrente ou postadas nas redes sociais, notas e mensagens em memória de Edmílson foram feitas pelas direções do SINTEPE e SiMPERE (sindicatos de professores), da CUT-PE, do PT-PE, da Articulação de Esquerda-PE, de Marília Arraes, Humberto Costa, Fernando Haddad, Zé Dirceu, Mônica Valente e Delúbio Soares, dentre outras, além de homenagens feitas em reuniões e plenárias sindicais ou do PT.

Haiti: não à ditadura!

Com o povo mergulhado em grave crise, o fantoche dos EUA se agarra ao poder



No domingo, 14 de fevereiro de 2021, uma multidão tomou as ruas de Porto Príncipe, capital do Haiti, na "Marcha Pela Vida, Contra a Ditadura - Fora Jovenel Moíse", cujo mandato terminara uma semana antes, em 7 de fevereiro.

Como seus antecessores, Jovenel foi colocado na cadeira presidencial pelas grandes potências, comandadas pelos EUA, por meio de eleições fraudulentas – realizadas em 2015 e repetidas em 2016.

Também em 2016 ocorreram as últimas eleições gerais para o Senado e Assembleia Nacional (corresponde à Câmara dos Deputados no Brasil). As legislativas previstas para 2019 não foram convocadas e, em consequência, extinguiram-se os mandatos de todos os deputados e de 2/3 dos senadores. Dessa forma, mesmo os

simulacros de institucionalidade democrática deixaram de existir.

Governo ilegítimo, acuado por denúncias de corrupção e poderosas manifestações de massa – principalmente a partir de meados de 2019 - Jovenel usou a polícia para reprimir duramente até

que passou a servir-se de gangues paramilitares.

Durante 2020, em meio à pandemia, as gangues, em especial a denominada G9, espalharam o terror nos bairros operários, queimando casas, fazendo disparos a esmo, realizando sequestros para exigir resgates. Em agosto, assassinaram o presidente da ordem dos advogados. Tudo sob a omissão complacente das autoridades constituídas.

Esses ataques levaram organizações haitianas – entre elas o Moleghaf – a lançar um apelo à solidariedade internacional, repercutido pelo CILI – Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio.

Presidente prorroga mandato

Em outubro de 2020, em meio ao caos provocado por seu próprio

governo, Jovenel anunciou um pretenso calendário eleitoral prorrogando seu mandato até fevereiro de 2022, com eleições presidenciais e legislativas em setembro próximo. Cinco pessoas foram nomeadas por ele para "redigir uma nova constituição" a ser submetida a referendo, em "fevereiro ou março de 2021".

Em seguida, avançando condições para permanecer à força na presidência, criou uma Agência Nacional de Inteligência com poderes ilimitados para agir contra a oposição política e as organizações dos trabalhadores.

Ao aproximar-se o 7 de fevereiro, multiplicaram-se manifestações exigindo sua saída, com greves e marchas convocadas pelos sindicatos e centrais como a CNOAH (Central Nacional dos Operários Haitianos) e CTSP (Confederação dos Trabalhadores do Setor Público e Privado). Partidos do chamado Setor Democrático e Popular anunciaram acordo para que assumisse a presidência um juiz da Suprema Corte, conforme define a Constituição haitiana de 1987, no caso de vacância de poder.

Os mais diversos setores sociais, inclusive líderes de todas as denominações religiosas, passaram a exigir a saída de Jovenel. Em 7 de fevereiro, seu mandato foi declarado extinto pelo Conselho Superior do Poder Judiciário.

Ocorre que, dois dias antes, em 05 de fevereiro, os EUA haviam dado apoio explícito para a permanência de Jovenel Moíse no poder até 2022 – reforçando a posição da OEA e também da ONU, que inclusive prometeu doação financeira para seu "calendário eleitoral".

Fora Moíse!

Sustentado por seus patrões imperialistas, no próprio dia 7 Jovenel prendeu, sob a falsa alegação de "tentativa de golpe de estado", duas dezenas de pessoas, entre elas um juiz da Suprema Corte que, em seguida, foi aposentado por decreto ao lado de outros dois do mesmo tribunal.

As grandes manifestações de 14 de fevereiro foram atacadas pelas gangues e pela polícia nas diversas cidades. Em Porto-Príncipe, um jovem foi morto e teve o corpo incinerado junto com sua motocicleta. A gigantesca passeata foi atingida por bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha, mas não se dispersou e conseguiu chegar até a sede da OEA.

No domingo seguinte, 21.02, novamente a multidão lotou as ruas, determinada a continuar exigindo o respeito à democracia, o atendimento das reivindicações dos trabalhadores e o fim desse regime de violência contra o povo.

Rafael Potosí

Andrés Arauz vence primeiro turno no Equador

Em 11 de abril, segundo turno será com o banqueiro Guillermo Lasso

Mesmo impedido de retornar ao país, vítima de "lawfare", num desdobramento da brasileira Lava Jato, o ex-presidente do Equador, Rafael Correa, viu seu candidato ganhar com folga o primeiro turno das eleições presidenciais, em 7 de fevereiro.

Arauz obteve 3,03 milhões de votos (32,72%) contra 1,83 milhão do banqueiro Guillermo Lasso (19,74%) e 1,80 milhão do indígena Yaku Pérez (19,39%). Em quarto lugar ficou o empresário "outsider" Xavier Hervas (15,69%).

O resultado é um rechaço contundente do povo equatoriano à política pró-imperialista do atual governo Lênin Moreno que, em quatro anos, se empenhou em satisfazer ordens do FMI privatizando, destruindo direitos trabalhistas, empurrando o povo para a miséria. Traindo abertamente os votos que recebeu em 2017, Moreno subordinou-se aos EUA, por exemplo, foi um dos primeiros a reconhecer Guaidó como

"presidente" da Venezuela além de ter desalojado Julian Assange da embaixada equatoriana em Londres.

Nas eleições, o mais nítido representante dessa política é o direitista Guillermo Lasso que por pouco não foi ultrapassado por Yaku Peréz cujos quase 20% também são, inequivocamente, votos contra a política de Moreno.

Saudado pela imprensa como novidade, alavancado pela revolta indígena de 2019, Peréz, no entanto, está longe de ser a "verdadeira esquerda" como dizem alguns. Por exemplo, ele chegou a defender, na campanha, o convite aos banqueiros internacionais para se instalarem no Equador para, supostamente, baixar taxas de juros. No passado, flertou com apoio a Guillermo Lasso por preferir um banqueiro a uma "esquerda totalitária e corrupta", repercutindo o discurso difundido pelo imperialismo contra os governos ditos "progressistas" da região.

Para o segundo turno, o voto no

correista Arauz tende a galvanizar o anseio popular por um governo que acabe com o desemprego, combata a pandemia, promova mudanças efetivas para melhorar as condições de vida.

Mas esses anseios dos trabalhadores e do povo só poderão ser atendidos se levada até o fim uma política de defesa da soberania nacional, contra a subordinação ao FMI e aos interesses dos EUA, o que falta no programa de Arauz.

O povo equatoriano "nunca esteve numa situação tão crítica, difícil e dramática", como afirmam os companheiros do grupo trotskista do Equador (a OSRT), que preparam o lançamento de um manifesto chamando a confirmar o voto em Arauz no segundo turno associado a uma plataforma de reivindicações visando a construir pontos de apoio para a mobilização da classe.



Trabalhadores da Siderúrgica do Orinoco (Sidor) estão em mobilização desde o início de fevereiro por salários e condições de trabalho, exigindo a revogação do Memorando 2792 do governo que favorece os patrões privados e alertando contra planos de privatização que eliminam os sindicatos e contratos coletivos neste polo industrial do país.

Chile: por uma nova Constituição

Campanha de Luis Mesina, candidato independente, integra a luta pela libertação dos presos políticos

Opovo chileno vai às urnas no segundo domingo de abril para eleger os deputados que terão o mandato para redigir uma nova Constituição e enterrar a herdada da ditadura militar (1973-1990). Isto é uma conquista do movimento iniciado em 2019, "estallido", como dizem os chilenos, que tomaram as ruas para pôr abaixo a política de Pinochet, mantida nos 30 anos após a queda do ditador.

Originalmente foi uma manobra do governo Piñera para conter as mobilizações - a Convenção Constitucional, está prevista no Acordo de Paz, assinado após a greve geral de 12 de novembro de 2019 -, mas o tiro saiu pela culatra. No plebiscito de 25 de outubro de 2020, a esmagadora maioria votou por uma nova Constituição a ser feita por uma Convenção com 100% de deputados eleitos para este fim (e não 50% dos atuais e 50% de eleitos).

Em sua luta o povo chileno expressou um grande rechaço aos partidos tradicionais identificando-os com a preservação da política da ditadura. Candidaturas independentes, e principalmente as identificadas com a mobilização desde o "estallido", ainda que tenham que superar vários obstáculos que lhe são impostos, têm grande receptividade junto à população.

Hoje, sem que haja cifra oficial, chilenos que participaram das mobilizações estão presos, os "presos da revolta". Neste período de campanha eleitoral a libertação destes presos é pauta do candidato independente Luis Mesina, dirigente sindical bancário e membro do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio. Reportamos abaixo o que diz nosso correspondente.

Campanha dos independentes com toda força

A campanha para os candidatos à constituinte que fazem parte do setor social desde o começo tem sido difícil. Os partidos, o governo e os empresários não estão dispostos a



cujos deputados serão eleitos em 11 de abril



ceder nos benefícios adquiridos por eles neste sistema político.

Para terminar com esta situação temos que disputar com eles e para isso a luta se dá em todos os espaços: nas ruas, nas redes sociais ou em qualquer lugar onde surja um espaço. Os meios de comunicação estão vendidos para os partidos. Recentemente saiu publicado uma lista descrevendo o valor que cada partido recebe do estado. Os valores são estratosféricos. Os partidos receberam em torno de 10 bilhões de pesos para as suas campanhas. Os candidatos independentes, juntos, receberam um valor de 1 milhão. Do ponto de vista econômico, não há nenhuma possibilidade de competir com a política estabelecida. Então, o caminho é fazer campanha porta a porta, ir nas feiras, reuniões e redes sociais.

Um campanha de diálogo com o povo

No caso do nosso candidato Luis Mesina, que faz parte da lista dos candidatos dos movimentos sociais, a campanha se desenvolve num incansável trabalho de dialogar com a população de segunda a domingo.

Como porta-voz da Campanha NO+ AFP (que levamos há anos, pelo fim dos fundos de pensão, estabelecidos pela ditadura Pinochet e por uma Previdência Pública e Solidária) Luis Mesina é reconhecido em

> todas as partes e bem recebido pela população. Sua campanha se pauta pelas demandas populares que tomaram as ruas chilenas a partir de outubro de 2019.

> Já os candidatos oficiais dos partidos não encontram apoio da população e são até expulsos de muitos bairros populares. O que confirma o rechaço do povo chileno aos partidos que coabitaram com a Concertação que manteve a Constituição da ditadura.

Hoje, 24 de fevereiro, com outros candidatos independentes protestamos, na frente do prédio do Conselho Nacional de Televisão, contra a abusiva norma imposta pela imprensa que não permite que os candidatos independentes façam suas campanhas na televisão, tendo somente dois segundos para se apresentar. Apesar de tudo, o entusiasmo continua firme e estamos otimistas

de que atingiremos a meta e superaremos todas as adversidades.

Os presos políticos

Durante a campanha eleitoral, mantemos as atividades para exigir a liberdade dos presos políticos. Como afirmou Luis Mesina quando lançou sua candidatura em um ato de rua "como é possível eleições livres com presos políticos? Presos por participarem das mobilizações que conquistaram a Convenção Constitucional?" Ainda há uma grande quantidade de pessoas que continuam presas e outras se encontram sob medidas cautelares como se apresentar a cada quinze dias, uma vez por mês e outros com a liberdade vigiada totalmente. Muitos jovens, além dessas medidas, estão em prisão domiciliar, prisão noturna ou prisão preventiva. Entre as próximas atividades pela libertação dos presos da revolta, se coloca a realização de um encontro nacional de familiares, uma feira de Direitos Humanos em Santiago e alguns atos em março.

Correspondente

LIBERDADE PARA OS PRESOS POLÍTICOS!

Em uma atividade virtual, que reuniu familiares de presos políticos e militantes de outros países, Julio Turra e Luis Eduardo Greenhalgh participaram em nome do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cile) que desenvolve em diversos países, inclusive no Brasil, uma campanha pela libertação dos presos políticos. Eles puderam ouvir os testemunhos dos familiares sobre a inaceitável situação a que estão submetidos os presos. Em geral, o único testemunho que os condena é de um carabineiro, sem nenhuma prova. Há presos, inclusive jovens, com ameaça de terem penas de até 20 anos de prisão. Estão presos em péssimas condições e com direito a visita de familiares muito restrito. "Meu filho está preso a um ano e dois meses. Pouco posso vê-lo. A comida que lhe dão é horrível, ele não está bem", disse uma das mães. No caso de cinco jovens que foram presos e torturados, o julgamento que estava previsto foi suspenso porque três dias antes foi informado que alguns tinham sido contaminados pela Covid-19. "A polícia nega informação sobre a situação deles, eles não têm direito a médico e remédio. Até a água deles foi cortada", denunciou outra mãe.

A campanha pela libertação dos presos políticos no Chile, deve ser abraçada por todos que se reivindicam da democracia. No Brasil ela se desenvolve através de envio de moções e manifestações diante de consulados e embaixada. No próximo dia 3 ocorre um ato diante do consulado chileno em São Paulo.

O TRABALHO☆

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

| A partir do nº | Nome: | |
|----------------|-------|---------|
| Endereço: | | |
| Cidade: | | Estado: |
| CEP: | | Tel.: |
| E-mail: | | |

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79 Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br